

Desenvolvimento Regional, Expansão Urbana e Turismo no Litoral de Santa Catarina: notas sobre as microrregiões de Itajaí e Florianópolis.

**Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira
Universidade do Vale do Itajaí/ SC-Brasil**

I

Dentre as singularidades que distinguem a fachada atlântica de Santa Catarina no contexto do Brasil Meridional destaca-se a sua compartimentação, gerada por inúmeros pequenos vales de contato direto com o mar (MAMIGONIAN, 1966), que proporcionaram uma relativa independência das atividades econômicas e dos núcleos urbanos que se desenvolveram em cada uma das sub-regiões. A configuração do quadro natural foi decisiva para a sua ocupação, relacionada à expansão portuguesa que acompanhou, inicialmente, a linha costeira do litoral sul-brasileiro, estimulando o deslocamento de vicentistas que fundaram as primeiras póvoas. Esse povoamento esparso e de pequena densidade até meados do século XVIII foi reforçado, por determinação da Coroa, com a vinda de colonos procedentes dos Açores o que configura a maior intervenção de planejamento estatal português no sul do Brasil, tanto no plano geopolítico como geoeconômico, imprimindo características mais variadas e duradouras ao povoamento do litoral (MAMIGONIAN, 1998). Para sua subsistência, os açorianos passaram a dedicar-se à pesca artesanal e à policultura e, muito embora o domínio da metrópole limitasse as possibilidades de acumulação, não chegou a impedir o surgimento de uma diferenciação interna entre esses pequenos produtores.

Alicerçada na pequena propriedade familiar, a produção dessas áreas de colonização açoriana no litoral catarinense – diferentemente de outras regiões brasileiras onde dominava a monocultura em extensas glebas de terra com mão-de-obra escrava – gerou excedentes que ampliaram as relações comerciais de vários núcleos costeiros, em particular da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro. Com a criação da capitania de Santa Catarina, em 1738, Desterro – atual Florianópolis – é transformada em capital, beneficiando-se de sua função administrativa e da condição de praça comercial. A localização estratégica da Ilha-Capital, entre as duas mais importantes cidades sul-

americanas do litoral Atlântico (Rio de Janeiro e Buenos Aires), também favoreceu o desenvolvimento das atividades portuárias, estando seus principais comerciantes vinculados aos capitais comerciais tradicionais do Rio de Janeiro pela navegação de cabotagem. Entretanto, apesar de precoce, a pequena produção mercantil açoriana, devido a um conjunto de fatores, não desembocou em relações capitalistas de produção (BASTOS, 2000).

Apesar de manter a função comercial de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões e as atividades portuárias, Desterro foi perdendo gradativamente a sua importância face à riqueza produzida nas áreas de colonização européia instaladas, na segunda metade do século XIX, nas várias bacias hidrográficas independentes que deságuam no Atlântico, nas quais imigrantes alemães e italianos incrementaram uma pequena produção mercantil extremamente dinâmica (MAMIGONIAN, 1986). Limitada à função administrativa de capital do Estado de Santa Catarina, a cidade teve sua expressão reduzida regional e nacionalmente. Apesar da diferenciação sócio-espacial decorrente da diversidade dos sítios em que foram assentados e da maior ou menor dedicação às atividades agrícolas ou pesqueiras que caracteriza a geografia do litoral, os demais núcleos açorianos situados ao longo da costa, tal como a capital, também entraram num período de estagnação econômica. O porto de Itajaí, porém, por sua localização junto à foz do rio Itajaí-Açu, passou a atuar como escoadouro natural da pequena produção mercantil agro-industrial gerada por colonos alemães e italianos fixados, a partir de meados do século XIX, nos vales do Itajaí-Açu e do Itajaí-Mirim. A economia das áreas litorâneas – dentre as quais sobressaem as sub-regiões da foz do rio Itajaí-Açu e do litoral central onde se localiza a capital do estado –, apesar de ter produzido excedentes que ampliaram suas relações comerciais, foi logo suplantada pela produção das colônias européias, cujos núcleos cresceram mantendo ligações com o litoral açoriano, ao longo do qual os portos naturais existentes facilitavam o contato com outras regiões brasileiras e com o exterior. Percebe-se, pois, que o desenvolvimento econômico das áreas de colonização européia estava estreitamente vinculado à orla marítima, tendo em vista a sua relação com um mercado distante, acessível somente por mar. Frente a essa realidade, alguns desses portos representavam, no caso específico de Santa Catarina, a porta de entrada e de

saída de uma bacia hidrográfica. Assim sendo, sua importância estava relacionada diretamente à região da qual era escoadouro, abrigando as funções comerciais relativas à importação e exportação, beneficiando-se de atividades ligadas às terras interiores (PELUSO JR., 1953), como aconteceu com Itajaí.

Cabe considerar também que dentre os núcleos de colonização européia alguns logo se transformaram em importantes centros industriais (Blumenau, Brusque, por exemplo), aproveitando-se inicialmente da fase recessiva do segundo ciclo longo (1873-1896) que favoreceu uma nova substituição de importações, assegurada pela implantação de unidades artesanais e manufactureiras, especialmente do setor têxtil e de alimentos.

O século XX imprimiu novas características à formação litorânea catarinense, aprofundando a crise das comunidades fundadas por açorianos, herdeiras de um modelo econômico centrado na pequena produção mercantil oriunda da prática de uma policultura de subsistência que, associada à produção pesqueira, gerou excedentes que ampliaram as relações comerciais e fizeram crescer o movimento das principais praças (Florianópolis e Itajaí). O advento da fase depressiva do terceiro ciclo de Kondratieff (1920-1945), entretanto, ao originar um novo pacto de poder no interior da formação social brasileira, expresso pela aliança entre a burguesia industrial – dissidência dos comerciantes – e os latifundiários feudais (RANGEL, 1985), mergulha os núcleos urbanos do litoral catarinense num ritmo lento de desenvolvimento que somente começou a ser superado a partir dos anos de 1960 quando a economia brasileira entra em uma fase expansionista que culmina com o período do “Milagre Econômico”, no início da década seguinte.

Após a década de 1980, um novo dinamismo sócio-econômico se manifesta na crescente expansão urbana da área situada na foz do rio Itajaí-Açu, em que a cidade portuária de Itajaí vai se conurbando ao Balneário Camboriú, considerado o segundo maior núcleo receptor de turistas nacionais e estrangeiros do sul do Brasil (SANTUR, 2010), assim como do aglomerado urbano da porção central do litoral catarinense em que se destacam Florianópolis e os centros urbanos do seu entorno. Fruto de uma formação histórica cujas determinações extrapolam os limites físicos dos espaços que as contêm, essas duas áreas têm se destacado no contexto catarinense por

apresentarem um novo ritmo econômico que se expressa num acelerado crescimento demográfico ao qual se soma ainda um aumento no fluxo de turistas nacionais e estrangeiros.

Diante destas evidências, o presente trabalho tem como objetivo geral comparar as duas microrregiões apontadas, buscando analisar as semelhanças e diferenças existentes entre elas e definir os elementos responsáveis pelo desenvolvimento regional, expansão urbana e turística atual, bem como as conexões básicas entre o passado e a configuração sócio-espacial atual dessas áreas em que se localizam Florianópolis e Itajaí, além de identificar os principais marcos históricos responsáveis por seu novo dinamismo econômico.

A análise está alicerçada no materialismo histórico e dialético e seu fio condutor é o paradigma de formação sócio-espacial formulado por Milton Santos (1982), aplicado à interpretação de uma realidade concreta, cuja especificidade é assegurada pela forte presença de uma pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 1966 e 1986), inserida na dinâmica cíclica da economia capitalista, aliada à teoria da dualidade brasileira (RANGEL, 1982).

Além da revisão bibliográfica e da coleta de informações, fez-se necessário levantar também as principais características da ocupação das áreas objeto do estudo, com destaque para Itajaí e Florianópolis e interpretar suas configurações sócio-espaciais num contexto mais amplo – regional, estadual e nacional –, buscando identificar os fatores responsáveis pelas recentes transformações.

II

A faixa litorânea do estado de Santa Catarina se estende da divisa com o Paraná, ao norte, à divisa com o Rio Grande do Sul, perfazendo uma extensão de 561,4km, do paralelo de 25° 58" ao paralelo de 28° 37" de latitude Sul. Esta zona costeira possui 36 municípios, conforme o Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina, sendo dividida em cinco setores: setor norte, centro-norte, centro, centro-sul e sul (GERCOS/SC 2004). Do ponto de vista físico, as terras que constituem o território catarinense possuem uma configuração bastante peculiar. À compartimentação do espaço natural, somou-se um mosaico sócio-cultural representado pelos diferentes fluxos colonizadores que acabaram transformando as várias regiões do estado

em pólos geo-econômicos distintos. Essas características sócio-espaciais imprimiram uma singularidade à rede urbana catarinense, na qual chama atenção a ausência de grandes centros urbanos. O quadro natural deu origem a várias sub-regiões urbanas independentes e para entendê-las é preciso relembrar o processo de implantação das atividades primárias e secundárias em Santa Catarina (MAMIGONIAN, 1966). Se por um lado essa realidade impôs limites às relações econômicas entre as várias sub-regiões entre si e com a própria capital, por outro, deu ao estado um desenvolvimento urbano mais equilibrado. Cabe acrescentar ainda que as duas principais rodovias federais do estado, as atuais BR-116 e BR-101 percorrem o território catarinense no sentido Norte-Sul, atravessando-o longitudinalmente sem convergir para a capital, situação distinta da que ocorreu com os estados vizinhos, onde Porto Alegre e Curitiba, as duas metrópoles do Brasil meridional, unificam a vida sócio-econômica do Rio Grande do Sul e do Paraná, integrando as diferentes regiões que os compõem.

O estado de Santa Catarina é dividido geograficamente em 20 microrregiões, dentre as quais as microrregiões de Itajaí e de Florianópolis, enfocadas no presente estudo, cuja localização pode ser observada na figura 1.



Figura 1: Localização das microrregiões de Itajaí e de Florianópolis no estado de Santa Catarina.

Fonte: Adaptado de IBGE (2005)

As microrregiões de Itajaí e de Florianópolis ficam situadas, respectivamente, nas porções do litoral designadas por centro-norte e centro. A primeira (centro-norte) é formada pela planície costeira e pelas elevações das Serras do Leste Catarinense, terminando, a oeste, na Serra Geral. Nesta área, destaca-se a bacia do rio Itajaí-Açu que nasce nas encostas da serra e deságua no oceano, integrando com outros rios de menor extensão, a denominada vertente Atlântica. A microrregião da foz do Itajaí é constituída por municípios que apresentam altos índices de crescimento demográfico e um porto com elevada movimentação de mercadorias. Já a segunda, do litoral central, é caracterizada pela presença de rochas cristalinas pré-cambrianas que interrompem a continuidade da planície costeira. É nela que se encontra a Ilha de Santa Catarina, a maior do litoral catarinense, onde se localiza a cidade de Florianópolis, capital do estado, cuja função portuária foi perdendo importância até a sua desativação. A centralização dos serviços públicos e administrativos, a integração rodoviária, a criação da Universidade Federal, a gênese e evolução da indústria de alta tecnologia, o crescimento da indústria da construção civil e o grande fluxo de turistas nacionais e estrangeiros,

expandindo o setor hoteleiro e outros negócios relacionados ao setor ajudam a compreender o recente e vertiginoso processo de expansão urbana que tem caracterizado a capital catarinense, expansão essa que acabou induzindo o crescimento dos núcleos urbanos vizinhos.

A microrregião de Itajaí é integrada pelos municípios de Balneário Camboriú, Barra Velha, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras, Porto Belo e São João do Itaperiú (figura 2), os quais juntos abrigam uma população de 571.027 habitantes (IBGE, 2010). Dentre eles, apenas os municípios de São João do Itaperiú, Ilhota e Camboriú não são balneários, embora o território deste último município esteja integrado ao de Balneário Camboriú, que apresenta a maior densidade demográfica (2.329,89 hab/km²) do estado de Santa Catarina (IBGE, 2010).

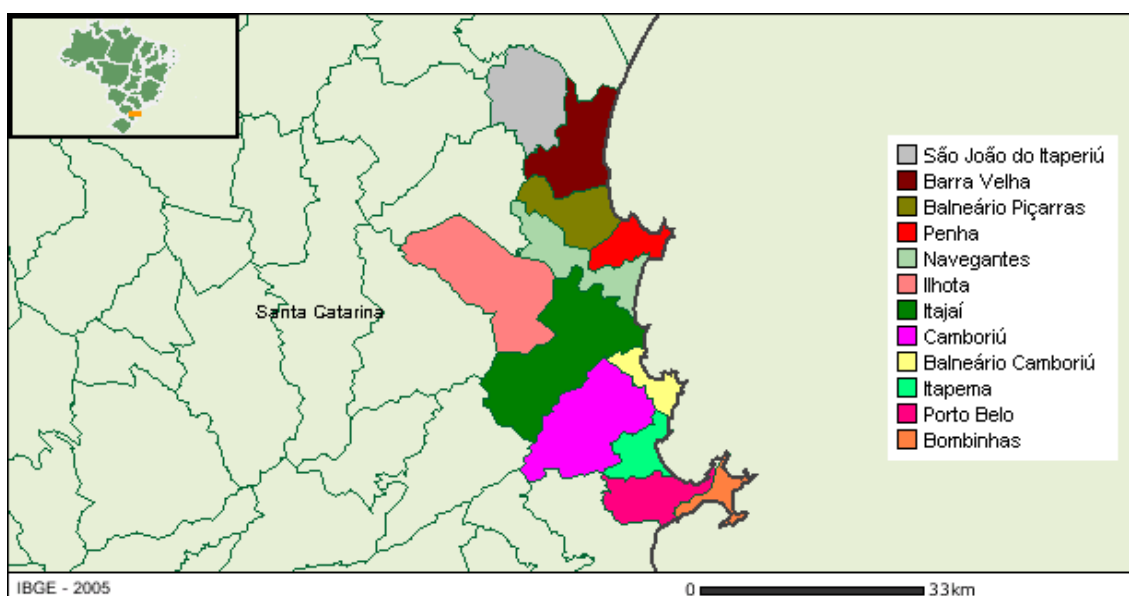


Figura 2: Municípios da microrregião de Itajaí
Fonte: Adaptado de IBGE (2005)

A análise dos dados estatísticos acerca do crescimento da população dos 12 municípios que integram a microrregião de Itajaí permite constatar que no período de uma década (2000 a 2010) Itapema, Bombinhas e Piçarras tiveram um crescimento de 77,10%, 64,20% e 56,48%, respectivamente. É interessante observar que esses três municípios são litorâneos, revelando a relação entre as atividades voltadas para o setor turístico e a grande expansão demográfica registrada. Itajaí, com 183.388 habitantes é o 7º município mais populoso do estado (IBGE, 2010) e cidade-pólo da microrregião da foz do Rio

Itajaí-Açu, apresentando setores econômicos diversificados e importantes para a região, com destaque para a atividade portuária. O porto de Itajaí passou por várias transformações, desde a sua fase “natural”, quando servia de escoadouro para a pequena produção mercantil agro-industrial colonial dos vales dos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, a partir de meados do século XIX, permitindo contatos regulares dessa hinterlândia, por via marítima, com outras regiões do país e com o exterior. No período situado entre 1930 e 1970, as atividades portuárias estavam representadas em sua quase totalidade pelo comércio e exportação de madeira procedente do planalto catarinense (MOREIRA, 1995). A decadência do ciclo da madeira afetou a economia e o desenvolvimento urbano do município. Após uma fase de desenvolvimento da indústria pesqueira, o porto reorientou-se para a movimentação de cargas containerizadas, tornando-se um dos principais canais de exportação do Estado de Santa Catarina e destacando-se no cenário nacional como o primeiro terminal brasileiro em exportação de produtos congelados e refrigerados. Na margem esquerda do rio Itajaí-Açu entrou recentemente em funcionamento o porto de Navegantes.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ITAJAÍ				
Municípios	1991	2000	Taxa de Crescimento 2000 - 2010 (%)	2010
Balneário Camboriú	40. 308	73.455	47,17	108.107
Camboriú	25. 806	41.445	50,29	62.289
Itajaí	119 .631	147.494	24,33	183.388
Navegantes	23. 662	39.317	54,10	60.588
Penha	13. 108	17.678	42,21	25.140
Bombinhas	4.7 34	8.176	64,20	14.312
Itapema	12. 176	25.869	77,10	45.814

Balneário Piçarras	7.9 35	10.911	56,48	17.074
Porto Belo	6.9 55	10.704	50,58	16.118
Barra Velha	10.531	15.530	44,25	22.403
São João do Itaperiú	2.7 00	3.161	8,76	3.438
Ilhota	9.4 48	10.574	16,85	12.356
População Total	276 .994	404.314		571.027

Tabela 1: Evolução da População da Microrregião de Itajaí
Fonte: IBGE (2010)

A microrregião de Florianópolis é composta pelos municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara (figura 3), que juntos apresentam, conforme o IBGE (2010), uma população de 878.852 habitantes.

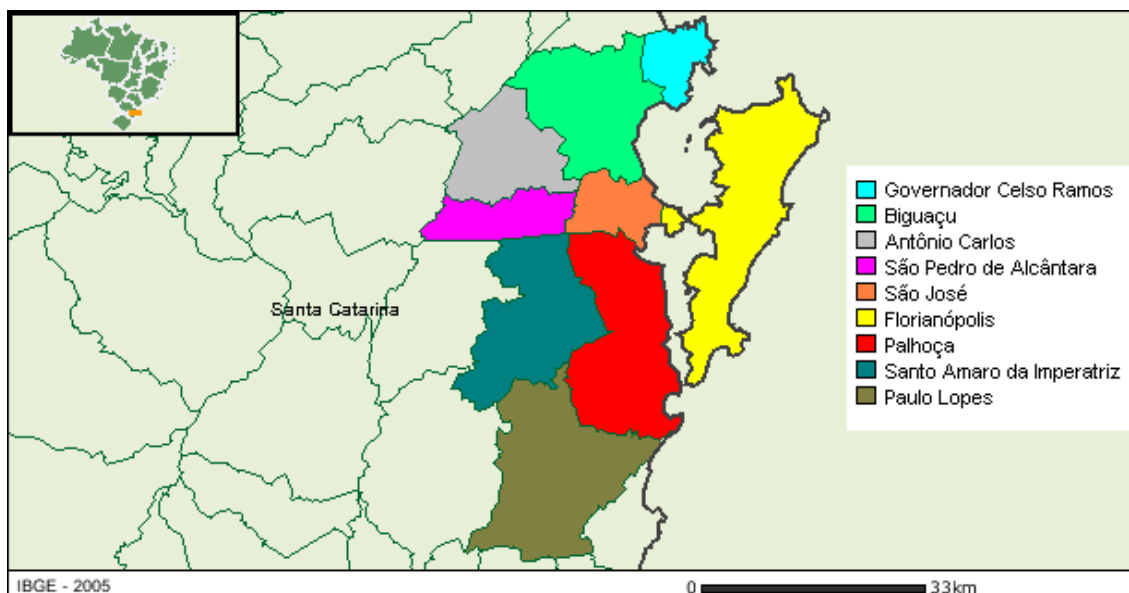


Figura 3: Municípios da microrregião de Florianópolis
Fonte: Adaptado de IBGE (2005)

A análise dos dados estatísticos acerca do crescimento da população dos 9 municípios que integram essa microrregião demonstra que na última

década o município de Palhoça foi o que apresentou maior taxa de crescimento demográfico. Dos 10 municípios mais populosos de Santa Catarina, 3 deles (Florianópolis, São José e Palhoça) estão localizados nesta microrregião. A peculiaridade do sítio urbano de Florianópolis, cuja área central está situada na Ilha de Santa Catarina e a sua grande expansão demográfica nas últimas décadas, geraram uma mancha urbana praticamente contínua pelo território dos municípios circunvizinhos localizados no continente, formando praticamente um único aglomerado urbano que se estende da capital aos municípios próximos, acompanhando o eixo representado pela BR 101, inaugurada no início da década de 1970.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO E FLORIANÓPOLIS				
Municípios	1991	2000	Taxa de Crescimento 2000 – 2010 (%)	2010
Florianópolis	255.390	342.315	23,04	421.203
São José	136.293	173.559	21,29	210.513
Palhoça	68.430	102.742	33,53	137.199
Biguaçu	34.063	48.077	21,13	58.238
Santo Amaro da Imperatriz	13.392	15.708	26,24	19.830
Governador Celso Ramos	9.629	11.598	12,19	13.012
Antônio Carlos	5.613	6.434	15,86	7.455
São Pedro de Alcântara	3.200	3.584	31,78	4.710

Paulo Lopes	5.530	5.924	12,96	6.692
População Total	531.5	709.941		878.852
	40			

Tabela 2: Evolução da População da Microrregião de Florianópolis
Fonte: IBGE (2010)

III

Analisando o recente processo de urbanização no Brasil, constata-se uma inversão, nos últimos 60 anos entre a população urbana e rural, visto que o último censo realizado pelo IBGE (2010) comprovou que mais de 80% do total da população vivem nas cidades. Essa acelerada diminuição da população rural do país resulta do processo de industrialização que acarretou uma verdadeira revolução urbana e trouxe problemas de várias ordens para as cidades e seus habitantes. A maneira como se deu a organização do espaço e o crescimento da população no século XX, somada à tendência mundial de esvaziamento do campo (devido à mecanização da agricultura e à uma nova divisão do trabalho) e de expansão do espaço urbano sem a infra-estrutura correspondente, influenciaram no aumento da pobreza, da degradação ambiental e da violência.

Assim, pois, a urbanização e a expansão demográfica de uma infinidade de localidades estão diretamente ligadas ao processo de industrialização e desenvolvimento regional podendo este ser proveniente de diversas atividades econômicas e até culturais.

Para decifrar a expansão urbana e demográfica das duas áreas aqui enfocadas estão, é preciso identificar fatores de atração, tais como a geração de empregos ligados às atividades industriais e de prestação de serviços nos centros urbanos, bem como os de repulsão, entre os quais a impossibilidade do trabalhador rural tornar-se pequeno proprietário. Eles estão relacionados ao extraordinário desenvolvimento industrial brasileiro, sobretudo após a década de 1930 e à ampliação da infra-estrutura regional, que gerou fluxos migratórios, do interior do estado de Santa Catarina e de estados próximos para as cidades que integram a rede urbana da região denominada de “litoral e encostas” (PELUSO Jr.,1953), nas quais o crescimento industrial desde a década de 1940 é superior à média nacional. Bastos (2007) ressalta que no ano de 1940,

a produção catarinense correspondia a 1,9% do montante industrial brasileiro, em 1970, a 2,6%, em 1980, a 3,9% e, em 2000, saltou para 4,4%. Estes dados expressam o extraordinário salto da produção industrial de Santa Catarina, especialmente se levarmos em consideração que a participação da população absoluta do estado permaneceu de 1940 a 2000 em torno de 3% da brasileira.

Por outro lado, os descendentes dos imigrantes europeus estabelecidos no interior do estado a partir da metade do século XIX, viram-se impossibilitados de continuar suas atividades agrícolas devido à crise agrária proveniente da necessidade de expansão de áreas cultiváveis para suplantarem a cultura rotativa da terra, passaram a migrar, especialmente a partir da década de 1960, para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida, fato que pode ser constatado na tabela 3, na qual se observa que a população urbana de Santa Catarina ultrapassou a rural no recenseamento de 1980.

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1940	253.717	924.623	1.178.340
1950	362.717	1.197.785	1.560.502
1960	695.347	1.451.562	2.146.909
1970	1.247.158	1.654.502	2.901.660
1980	2.154.250	1.474.042	3.628.292
1991	3.208.537	1.333.457	4.541.994
2000	4.217.931	1.138.429	5.356.360
2010	5.249.197	1.000.485	6.249.682

Tabela 3: Evolução da população urbana e rural em Santa Catarina*

Fonte: IBGE, 2010

*Em 1920, a população urbana e a rural não eram apresentadas separadamente. Em 1930, o Censo não foi realizado devido à Revolução.

A realidade de Santa Catarina reflete a brasileira, pois o crescimento absoluto da população residente nas cidades foi acompanhado por uma queda acelerada da população rural. No caso catarinense, é preciso considerar ainda que o processo de urbanização das últimas décadas vem induzindo a conurbação de vários núcleos urbanos, particularmente os do

litoral centro-norte, situação esta intensificada pelos crescentes fluxos turísticos que contribuem para a aceleração das transformações na organização sócio-espacial das cidades localizadas na fachada Atlântica.

Nas primeiras décadas do século XX, as comunidades costeiras, apesar das transformações em curso, permanecem à margem do processo de mudanças gerado pela emergência das relações capitalistas de produção, pois a evolução da técnica e do trabalho não se faz uniformemente nos diversos lugares, visto que os lugares são marcados “por uma combinação técnica diferente e por uma combinação diferente dos componentes do capital, o que atribui a cada qual estrutura técnica própria, específica, às quais corresponde uma estrutura própria, específica, do trabalho” (SANTOS, 1997).

A conjuntura política e econômica introduzida a partir da Revolução de 1930 imprimiu um acelerado processo de industrialização e de integração do território nacional através da implantação de um sistema rodoviário nacional, consolidando o desenvolvimento industrial e comercial das áreas de colonização europeia que passaram a produzir para regiões cada vez mais distantes as quais se ligavam agora por via terrestre. Os estabelecimentos industriais iniciados modestamente pelos imigrantes souberam tirar partido da queda das barreiras regionais e, ao mesmo tempo, aproveitar a queda das importações causada pela crise depressiva pela qual passavam os países capitalistas centrais, ampliando seus mercados consumidores.

A pujança econômica das áreas coloniais dos vales atlânticos, onde o espírito empreendedor, forjado num ambiente de extrema concorrência inerente ao pequeno modo de produzir, marcado por disputas entre as múltiplas iniciativas, acaba extravasando para a faixa litorânea, numa evidente demonstração da vitalidade dessa pequena produção mercantil, visto que a primeira corrente imigratória pequeno produtora – a açoriana – nela se estabelecera num período ainda dominado pelo mercantilismo, além de ter a sua evolução bloqueada por um conjunto de fatores.

A estagnação dominante nos núcleos do litoral só começa a ser rompida, a partir dos anos de 1960, por uma nova dinâmica sócio-econômica que, sobretudo nas últimas décadas do século passado, se expressa na crescente expansão demográfica e econômica dos municípios situados na faixa

costeira, como é o caso, por exemplo, dos que se localizam junto à foz do rio Itajaí-Açu e na porção central do litoral catarinense em que se destacam a cidade de Florianópolis e os centros urbanos vizinhos. Nesse novo cenário de transformações sócio-espaciais, o Estado assume o comando do processo de modernização, introduzindo no território catarinense as orientações de uma lógica capitalista já em curso no país. As ações estatais expressam intenções que se coadunam com as formas de acumulação capitalista, buscando “com as infra-estruturas básicas integrar mercados segundo necessidades da divisão do trabalho em marcha” (SILVA, 1997).

Assim, pois, o processo de dinamização das várias localidades litorâneas marginalizadas foi estimulado pelo estabelecimento nestas áreas de um grande número de teuto e ítalo-brasileiros procedentes dos vales de colonização européia que deram início a vários empreendimentos ligados à prestação de serviços voltados à atividade turística. As melhorias na acessibilidade, partir da década de 1970, influenciaram decisivamente na expansão da prática do turismo de veraneio (dezembro, janeiro e fevereiro), com o deslocamento de fluxos de turistas nacionais e estrangeiros, especialmente argentinos, processo esse que se intensifica atraindo novas iniciativas de ocupação e exploração da orla marítima catarinense marcada por sua atratividade natural. O turismo, por ser uma atividade essencialmente de consumo e, portanto, intrínseca ao capitalismo, acaba extrapolando a esfera do lazer e do descanso iniciado com a construção das “segundas residências” que se multiplicavam pelos balneários do estado. O aumento da procura por imóveis situados à beira-mar, fruto do marketing do lugar, transforma as propriedades em fonte de renda ou em investimento (DANIELSKI, 2009), dando origem a grandes construtoras e empreendimentos imobiliários que promovem um vertiginoso processo de verticalização das cidades litorâneas dessas duas microrregiões catarinenses.

Referências

BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, Maurício Aurélio dos (org.). **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

_____. A praia está lotada. **A Notícia**. Santa Catarina, p.4 e 5, 08 nov.2007.

DANIELSKI, Marcelo. **Padrão Arquitetônico e Representação Social na Paisagem da Beira-Mar de Balneário Camboriú/SC**. 2009, 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2009.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: **Separata da Revista Brasileira de Geografia**, nº3, Rio de Janeiro, 1966.

_____. Indústria. In: **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: GAPLAN, 1986.

_____. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: ANDRADE, Manuel Correia de et al. (orgs.). **O Mundo que o Português Criou: Brasil-século XVI**. Recife: CNPq/Fjn, 1998. p. 65-72.

MOREIRA, Sônia Miriam Teixeira. **O Porto de Itajaí: da gênese ao período madeireiro**. 1995, 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1995.

PELUSO JR., Victor Antônio. **O Relevo do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: CNG/DEGC, 1952. p. 42.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do A. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. In: **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v 18, n.35, 2003.

RANGEL, Ignacio M. **Ciclo, Tecnologia e Crescimento**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Espaço e Método**. 4 ed. São Paulo: Nobel: 1997a (Coleção Espaços)

SILVA, Célia Maria et al. **Anais do Congresso de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Estado**. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2009. Estatística populacional. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/default.shtm. Acesso em 25 de março de 2011.

SANTUR. Disponível em <http://www.santur.sc.gov.br>. Acesso em 30 de março de 2011.